

MODELO DE ANÚNCIO DE CONCURSO PÚBLICO

1 - Identificação e contatos da entidade adjudicante:

Designação da entidade adjudicante (*)

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Serviço/órgão/pessoa de contato

Secretaria-Geral

Endereço (*)

Rua Marcelino Lima

Código postal (*)

9901-858

Localidade (*)

Horta

Telefone (00351)

292207600

Fax (00351)

292293798

Endereço eletrónico (*)

arquivo@alra.pt

2 - Objeto do contrato:

Designação do contrato (*)

Aquisição dos serviços de vigilância e segurança preventiva do parque de estacionamento e do jardim do edifício da ALRAA na ilha de São Miguel

Descrição sucinta do objeto do contrato

Aquisição dos serviços de vigilância e segurança preventiva do parque de estacionamento e do jardim do edifício da ALRAA na ilha de São Miguel

Tipo de contrato

aquisição de serviços (*). Caso seja "Outro", indique qual: [Clique aqui para introduzir texto.](#)

Classificação CPV (1) (*)

79714000-2

3 - Indicações adicionais:

O concurso destina-se à celebração de um acordo quadro? (*) ☐ sim ☒ não

[Em caso afirmativo]

Modalidade (*) - Escolha um item.

Prazo de vigência (*):

- até: [Clique aqui para introduzir uma data.](#)

ou - por: 36 meses ou [Clique aqui para introduzir texto.](#) anos

O concurso destina-se à instituição de um sistema de aquisição dinâmico? (*) ☐ sim ☒ não

É utilizado um leilão eletrônico? (*) ☐ sim ☒ não

É adotada uma fase de negociação? (*) ☐ sim ☒ não

O contrato está reservado a entidades que operem no mercado com o objetivo principal de promover a integração social e profissional de pessoas com deficiência ou socioeconomicamente desfavorecidas? (*) ☐ sim ☒ não

A execução do contrato está limitada ao âmbito de programas de emprego protegido? (*) ☐ sim ☒ não

4 - Admissibilidade da apresentação de propostas variantes (*) ☐ sim ☒ não

5 - Divisão em lotes (*) ☐ sim ☒ não:

[Em caso afirmativo]

Lote n.º (*)

[Clique aqui para introduzir texto.](#)

Designação do lote (*)

Clique aqui para introduzir texto.

Descrição sucinta do objeto do lote (*)

Clique aqui para introduzir texto.

Classificação CPV (2) (*)

Clique aqui para introduzir texto.

[repete-se para tantos lotes quantos se revelem necessários]

6 - Local da execução do contrato (*)

País:

Portugal

Região/Distrito:

Região Autónoma dos Açores

Concelho:

Ponta Delgada

Código NUTS (3):

PT200

7 - Prazo de execução do contrato (*):

Clique aqui para introduzir texto. dias ou 36 meses

8 - Documentos de habilitação

Sim

9 - É exigida a demonstração de outros elementos de habilitação relativos à capacidade económica e financeira e à capacidade técnica e profissional? (*) ☐ sim ☒ não

[Em caso afirmativo]

Indicar os níveis mínimos de capacidade económica e financeira e de capacidade técnica e profissional e os documentos destinados a comprová-los (*)

Clique aqui para introduzir texto.

10 - Acesso às peças do concurso e apresentação das propostas:

10.1 - Consulta das peças do concurso:

Designação do serviço da entidade adjudicante onde se encontram disponíveis as peças do concurso para consulta dos interessados (*)

Secretaria-Geral da ALRAA

Endereço desse serviço (*)

Rua Marcelino Lima

Código postal (*)

9901-858

Localidade (*)

Horta

Telefone (00351)

292207600

Fax (00351)

292293798

Endereço eletrónico (*)

arquivo@alra.pt

**10.2 - Meio eletrónico de fornecimento das peças do concurso e de apresentação das propostas:
Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante [se aplicável] (*)**

AcinGov (<https://acingov.pt>)

10.3 - Preço a pagar pelo fornecimento das peças do concurso (se for o caso)

Não aplicável

11 - Prazo para apresentação das propostas ou das versões iniciais das propostas sempre que se trate de um sistema de aquisição dinâmico (*):

Até às 17 horas do 9.º dia a contar da data de envio do presente anúncio

12 - Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas (*):

66 dias a contar do termo do prazo para a apresentação das propostas

13 - Critério de adjudicação (*)

proposta economicamente mais vantajosa

Se o critério for o da proposta economicamente mais vantajosa, indicar os fatores e eventuais subfactores acompanhados dos respetivos coeficientes de ponderação (*)

Modalidade monofator, nos termos da qual o fator preço é o único aspeto da execução do contrato a celebrar que densifica o critério de adjudicação.

14 - Dispensa de prestação de caução ☒ sim ☐ não

15 - Identificação e contatos do órgão de recurso administrativo:

Designação (*)

Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Endereço (*)

Rua Marcelino Lima

Código postal (*)

9901-858

Localidade (*)

Horta

Telefone (00351)

292207600

Fax (00351)

292293798

Endereço eletrónico (*)

arquivo@alra.pt

Prazo de interposição do recurso:

5 dias

16 - Data de envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores (*)

Clique aqui para introduzir uma data.

17 - O procedimento a que este anúncio diz respeito também é publicitado:

No Diário da República? ☒ sim ☐ não (*)

No Jornal Oficial da União Europeia? ☐ sim ☒ não (*)

18 - Outras informações

Língua ou línguas que podem ser utilizadas nas propostas ou nos pedidos de participação: Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, sendo permitida a língua inglesa na referência a termos técnicos, como os utilizados no Caderno de Encargos, assim como em documentos de certificações e anexos técnicos. Serão usados critérios ambientais? Não.

19 - Identificação do autor do anúncio:

Nome (*) Sandra Isabel Goulart Pereira da Costa

Cargo ou função (**) Secretária-Geral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

(*) Preenchimento obrigatório.

(1) Cf. Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (Common Procurement Vocabulary - CPV), instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 340, de 16 de dezembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 329, de 17 de dezembro de 2003 (retificado pela retificação publicada no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 330, de 18 de dezembro de 2003), e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008.

(2) Idem.

(3) Cf. Regulamento (CE) n.º 1059/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 154, de 21 de junho de 2003, alterado pelo Regulamento (EU) n.º 868/2014, da Comissão, de 8 de agosto, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 241, de 13 de agosto de 2014.